

ECONOMIA DE UM PONTO DE VISTA CRISTÃO*

Rubens Ricupero**

Em 1792, 3 anos após a Revolução Francesa, o governador português de Angola, Almeida e Vasconcelos, reclamou que os escravos eram “um gênero que com tanta facilidade perece”. De fato, Silva Lisboa, um proeminente jurista baiano, disse que “se alguns morrem no meio do caminho, o lucro é certo; se muitos morrem o investidor está perdido”. Uma proposta de negócios, relativa ao comércio de escravos, da mesma época, estimava que 12% (doze por cento) dos capturados para a escravidão morreriam antes de embarcarem da África e outros 15% (quinze por cento) morreriam no mar. Um dos navios envolvidos com o tráfico chegou a Luanda em 1750, e dois anos mais tarde ainda estava tentando completar o carregamento, pois os escravos morriam mais rápido que o capitão pudesse substituí-los. “Ele jogava mais que 500 corpos sem valor na praia, tentando encher um local que não caberia mais que 300 ou 350 sobreviventes”. Donde não se estranha que os navios eram chamados de tumbeiros no Brasil, de “tomba” – isso é caixões flutuantes.

Está estimado que, durante mais de 400 anos do comércio de escravos, cerca de 11.400.000 africanos foram levados para a América. A este negócio transatlântico deve-se adicionar 7.240.000 para a rota do Saara e 2.292.000 para a rota do leste. Ninguém sabe quantos foram mortos nas operações de captura. No livro “História Geral da Humanidade” (UNESCO, 1966), alguns estudiosos estimam que para cada africano deportado cinco foram mortos na operação de “produção de cativos”. Uma história recente sobre o comércio escravocrata português, intitulada “Caminho da Morte”, do professor Joseph C. Miller, cita, na conclusão, o que ele chamou de “A Economia da Mortandade”, já que provavelmente metade dos escravizados na África nunca alcançaram os navios.

Apesar de tão grandes perdas, esta economia da morte não era considerada uma anomalia monstruosa; muito pelo contrário. Em 1745, Malachy Postletwayt, membro da Companhia Real Africana e comerciante londrino, perguntou retoricamente no livro “O Negócio Africano: o Grande Pilar e Suporte do Sistema Britânico de Plantação na América”: “Nós não estamos endividados com aquele povo valioso, os africanos, pelo nosso açúcar, tabaco, arroz, rum e todo outro produto da plantação? E quanto maior o número de negros importados da África, para nossas colônias, não estará na mesma proporção das exportações dos manufaturados britânicos entre os africanos?” E respondeu: “o tráfico negreiro e as conseqüências naturais que resultam dele podem ser considerados um inextinguível Fundo de Riquezas e Poder Naval, o qual para esta

* Jubileu para Homens e Mulheres do Mundo do Aprendizado. Conferência Internacional sobre Ciência e Fé. Vaticano, 23 e 24 de maio de 2000.

** *Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.*

nação (...) seria o primeiro princípio e fundação de todo o resto, a mola mestra da máquina que põe toda a roda em movimento”. Como o professor James A. Rowley resume na obra “O Comércio Transatlântico de Escravos”: “o comércio formou a parte da transição européia para o capitalismo, para o estado-nação e o imperialismo. Uma expressão das revoluções industriais e comerciais (...) que nutria o crescimento das nações e impérios da Europa ocidental. Resolvendo um grave problema de trabalho, possibilitou o desenvolvimento da América tanto tropical como semitropical. Era a mais importante ligação entre a Europa e a América, por um lado, e destas com a África por outro. Melhorou o padrão de vida de muitos europeus e americanos enquanto degradou a vida de muitos escravos negros”.

O professor Rawley enfatiza corretamente que, “em retrospecto, o comércio escravocrata do atlântico pode parecer uma anomalia na história moderna, mais apropriado talvez para os mundos antigos ou medievais com sua aquiescência de formas de servidão”. Mas como ele acrescentou, “não é um paradoxo que o início do comércio de escravos do atlântico coincide com o raiar da Europa moderna (... pois foi...) associado com a Renascença, a secularização da cultura, a ascensão do capitalismo...”. É útil lembrar-se dessa ligação. Não é uma coincidência que o ressurgimento da escravidão e do comércio de escravos acontece ao mesmo tempo que a renascença, com sua restauração de valores antigos expressando um conceito pagão de vida, inclusive a escravidão. Nem é por acidente que coincide com a expansão do capitalismo, um sistema econômico que tende a tratar não somente o trabalho mas também seu provedor como mercadoria.

Apesar de o cristianismo não desafiar diretamente a escravidão, desencoraja a sua prática, que gradualmente desapareceu da Europa ocidental. É profundamente lamentável que a volta da escravidão não foi veementemente rejeitada pela igreja, apesar do comentário enganoso da “Nova Enciclopédia Católica” (1967, vol.13, p.264) que diz: “o comércio de escravos continuou por quatro séculos apesar de sua condenação pelo papado, começando com Pio II no dia 7 de outubro de 1462”. O papa João Paulo II estava correto quando, em Yaoundé em 13 de agosto de 1985, pediu desculpas pelo comércio de escravos, que ele reiterou em Santo Domingo no aniversário da chegada de Colombo (13 e 21 de outubro de 1992).

O fato é que “a escrachante soma de todas as vilanias chamadas de comércio de escravos”, como descreveu John Wesley, foi amplamente praticada por quase cinco séculos pelos países católicos e protestantes, isto sem provocar qualquer distúrbio moral até sua fase final ao que tal aberração poderia ser vista pelos denominados “povos cristãos” como um componente normal da vida econômica, ou seja, “negócios como sempre” (business as usual), é um lembrete que não se pode, nem se deve evitar a questão sobre a relação entre economia, fé e moral.

Estou ciente que alguns seriam tentados a ignorar todo este caso dizendo que é um exemplo extremo, possivelmente o mais extremo que se pode imaginar, e que de qualquer maneira é coisa do passado. Existem, todavia, muitos outros exemplos de práticas que nós julgamos abusivas ou aberrantes hoje, mas que foram defendidas, não muito tempo atrás, como condições inevitáveis para uma economia eficiente. Por

exemplo, temos o caso da exploração em massa e o empobrecimento dos trabalhadores no início da revolução industrial, quando a acumulação selvagem de capital foi alcançada baseada em extremamente longas horas de trabalho, ínfima remuneração, e por vezes condições mortalmente insalubres de trabalho das quais nem mulheres e crianças foram poupadas. Também não seria difícil no mundo de hoje achar exemplos similares de exploração e crueldade.

Portanto, a questão que devemos nos perguntar é se a economia é autônoma em relação à moral e aos valores espirituais. A economia pertence à mesma categoria de fenômenos astrais ou físicos como o sistema planetário regido por leis precisas e imutáveis que estão além do nosso controle? Ou é, como parece obviamente, uma parte da cultura humana como outras expressões de vida social? Não há dúvidas quanto às respostas: dada qualquer economia, esta é resultado de escolhas sociais baseadas nos conjuntos de crenças e valores e alguma margem de escolha tem que ser levada em conta, dentro dos limites impostos pelas realidades, como escassez ou abundância de capital, trabalho, recursos naturais, tecnologia, etc.

Nesse caso, como pode alguém explicar a hegemonia atual da economia sob todos os outros aspectos da vida social e cultural? Em um livro chamado "*Une Société En Quête De Sens*", Jean-Baptiste de Foucauld e Denis Piveteau tentaram nos dar uma explicação baseada na proposição de que o desempenho da economia na verdade passou por três fases:

Na primeira, na sociedade tradicional pré-industrial, a economia estava relativamente controlada, trabalhava de modo não autônomo e estava integrada a um sistema mais amplo.

Na segunda fase da evolução, na sociedade industrial, a economia adquiriu maior autonomia, mesmo assim manteve seu significado fundamental que era reduzir a escassez e aumentar o bem-estar.

Na terceira fase, na qual nos encontramos hoje, a economia ascendeu sobre política, sociedade e seres humanos. Tudo a sua volta sofre efeitos: a religião perdeu sua relevância, as grandes idéias político-revolucionárias esfarelaram, todos os outros sistemas capazes de suprir a vida social de algum sentido desapareceram. A economia de mercado ameaça gerar uma sociedade de mercado em que tudo está à venda.

Surge então um fenômeno curioso: a economia em si começa a perder seu significado original, que seria a redução da escassez e o aumento do bem-estar. Temos por um lado, para os afortunados, não haver mais escassez dos bens básicos, como comida ou roupa. O consumismo tem que inventar novas necessidades, cada vez mais supérfluas. Por outro lado, e para manter as condições necessárias para a existência da acumulação excessiva, a nossa economia começa a ameaçar ou mesmo destruir o bem estar de setores da população, que estão em crescimento, antes protegidos por um nível razoável de segurança trabalhista e seguro social. A economia não contém mais muito significado, tampouco há algum significado a se achar fora dela.

O resultado é um tipo de dominação imperialista da economia sobre os outros campos, subvertendo a harmonia das "Esferas de Justiça"¹⁴ que postulou Michel

Waltzer no livro com o mesmo título. Para este filósofo americano não deve haver apenas um princípio de justiça, mas vários, cada um aplicável a diferentes esferas da comunidade pluralista do homem. Em cada esfera há um bem específico que é procurado por todos: dinheiro na esfera econômica de mercado, poder no campo da política ou administração, diversão no mundo do entretenimento, sabedoria na esfera da educação, amor no universo da família, etc. Um pequeno grupo tende a sempre monopolizar os bens centrais de cada esfera, mas o maior perigo ocorre quando uma dessas esferas se torna predominante. Nesse caso, os mestres do mercado, por exemplo, poderiam utilizar suas vantagens para controlar os bens que são de outras esferas, se tornando também reis do poder, sabedoria ou diversão. A melhor maneira de evitar a penetração dominante de uma esfera nas outras e manter uma saudável autonomia e equilíbrio entre elas é para o estado fazer uso efetivo de sua função ativa de regulação social.

Waltzer nos dá uma adequada justificação teórica sobre a necessidade de se iniciar um novo ciclo de regulamentação adaptado ao desafio imposto pela economia da globalização, similar aos esforços de regulamentação que puseram em xeque os piores abusos do capitalismo selvagem na revolução industrial ou, nos EUA nos anos de 1890, a desenfreada época dos “Barões Ladrões” (*Rober Barons*) e a disseminação dos trustes e monopólios.

Ele também nos ajuda a entender porque nós devemos nos esforçar em manter um balanço pluralista entre bens e valores pertencentes a diferentes esferas da vida social. A questão crucial a esse respeito é o quanto longe um deve ir em sua parte da competição. Muitos problemas no comércio ou mesmo na economia podem de uma maneira ou outra ser reduzidos à competição. Não é de se negar que, em princípio, a competição é uma poderosa força que tende à inovação, à alocação de recursos, a evitar os monopólios e ao bem comum em geral. Todavia, competição é um jogo com alguns vencedores e muitos perdedores, e esmagará os fracos se alguma proteção não lhes for provida.

Algumas sociedades e culturas como os EUA estão favoravelmente dispostos à competição, toleram mais as desigualdades resultantes, que seus contrapartidos na Europa ocidental ou no Japão. Mas mesmo aos EUA não é aceitável obter vantagens na competição por qualquer meio possível. No passado, lentamente, chegamos à conclusão que a escravidão e o comércio de escravos não eram mais elementos toleráveis na organização econômica. Um pouco mais de um século atrás, até 1888, em meu país, o Brasil, existia uma sessão inteira do Código Civil regulando a compra e venda legal de seres humanos. Estes agora se tornaram nas palavras de Michel Waltzer “transações bloqueadas”. Há muitos outros exemplos de meios para se ganhar uma vantagem competitiva que nós consideramos fora dos limites da organização econômica civilizada: trabalhos forçados de prisioneiros, trabalho infantil e outros abusos extremos no cerne dos direitos trabalhistas, além de destruição de seres vivos. Isso claramente nos mostra que nenhuma sociedade civilizada considera a competição e sua justificativa, ganhos de eficiência e bem estar, como valores absolutos que devem prevalecer sobre todos os outros valores humanos. A dificuldade que surge então está em construir um consenso mais amplo a respeito de outros valores da humanidade que devem ser preservados ao

preço de impor limites à competição e conseqüentemente abrir mão de alguns ganhos em eficiência. Pois, nesse ponto, nenhuma ilusão indevida deve ser considerada; sempre haverá trocas entre os ganhos de eficiência que derivam da competição e os outros valores e bens de esferas diferentes. A tarefa de decidir essa troca em cada situação concreta provavelmente será delicada e um ato de equilíbrio difícil.

Entre os problemas graves o bastante que justifiquem um melhor exame de sua relação com a maneira que a economia está atualmente estruturada, alguns são bem óbvios: extrema pobreza, desigualdade crescente dentro e entre os países, proteção do marginalizado, proteção do meio ambiente e a crescente precariedade na segurança do trabalho. Muitos desses problemas existiam antes de serem agravados pela globalização, como é o caso da desigualdade. Outros são característicos de tendências atuais, como está ocorrendo com a precariedade e insegurança no mercado de trabalho. A explicação é a mesma em ambas as situações: o exagero de competição como resultado da globalização e liberalização. Todas as barreiras caem, proteções antigas desaparecem e mais setores estão expostos ao aumento da competitividade. De fato, hoje em dia, a mercadoria pode livremente não apenas cruzar, mas também ir sobre fronteiras, e as fronteiras nacionais estão se tornando irrelevantes do ponto de vista econômico, isso tem dado ao capital uma vantagem enorme sobre o trabalho, que não tem a mesma mobilidade. O capital tem se tornado em maior grau sem raízes e pode migrar ou ameaçar a migrar para qualquer lugar do mundo em busca de maiores lucros, que pode acontecer por meio de menores salários ou impostos. Isso, por sua vez, destruiu velhas ligações que costumavam prender a empresa aos trabalhadores e comunidades em que estes residiam. Em outras palavras, globalização sem consciência ou responsabilidade tende a destruir o conceito de interdependência e de substituí-lo exclusivamente pelos interesses dos donos e acionistas. Todas essas modificações se justificam pela eficiência e manejo da competição.

Novamente deparamos com o problema, perguntando-nos quais são os limites razoáveis que podemos impor, por meio de regulamentação, a uma competição sem rédeas, e quais são as trocas legítimas entre eficiência e os valores de outras esferas.

Um caso particularmente grave a esse respeito é o problema dos marginalizados e excluídos, sejam de uma sociedade, de países inteiros ou até de continentes como a África que está ameaçada à marginalização a um nível global. Seria correto acreditar que esse problema estaria resolvido se nós nos livrássemos das distorções de preço e criarmos um campo nivelado de competição? Será provável que setores privados por gerações, os analfabetos e trabalhadores não qualificados serão aqueles capazes de competir em igualdade de condições, apenas se barreiras protetoras são removidas? O que significa na prática criar oportunidades iguais para todos, se os pontos de partida entre classes e nações diferenciam-se dramaticamente? Se países como os EUA acharam inevitável impor “ação afirmativa” (*affirmative action*), isto é, “discriminação positiva” a favor de afro-americanos e hispânicos, e o mesmo foi feito na Malásia para promover os malaios indígenas, na África do sul para beneficiar vítimas do apartheid, por todos no mundo para beneficiar as mulheres, por que coisas nessa relação seriam diferentes no nível internacional?

A verdade a respeito da questão, como diria o historiador R. H. Tawney, é que a “oportunidade para ascender não é um substituto para uma grande medida de igualdade política, de renda e condições sociais. A existência de tais oportunidades... é não-somente um caminho aberto, mas também um ponto de partida igual”.

Nós não precisamos de oportunidades formais, superficiais e de aparente igualdade, mas as reais, a equalização concreta das condições; não de reciprocidade legal, mas reciprocidade efetiva. Isso requer que competição não deve ser vista como hoje em dia, um jogo que apenas necessita de regras claras e arbitragem imparcial. Um terceiro elemento é indispensável se nós queremos jogar qualquer jogo bem: treino, preparo, educação e tempo para aprendizagem.

Na mesma moeda, o oposto da marginalização da economia mundial não é simplesmente qualquer tipo de integração. Há também a integração do mal, do tipo vicioso. Um país pode sofrer de falta de integração, mas também pode ter muita integração negativa. O Brasil, por exemplo, entre 1530 e 1890 era um país perfeitamente integrado ao sistema de comércio e economia mundial porque exportava quase na íntegra sua produção de açúcar, café, cacau e outros gêneros. Essa integração, todavia, foi alcançada por meio de uma economia doméstica baseada no sistema de plantação (*plantaion*) e na escravidão. A combinação escravo/latifúndio sobreviveu apenas por causa de sua integração perfeita aos mercados mundiais do seu tempo. Havia então um mecanismo de preservação, as mesmas forças que integraram o país internacionalmente foram responsáveis por sua desintegração social interna, pois nada é pior nesse sentido que um sistema que divide a sociedade entre senhores e escravos, sujeitos e objetos. Por falar nisso, nesse longo período de tempo, ao Brasil tocou quatro milhões dos africanos, trazidos às Américas, quarenta por cento do total (comparado com os EUA, que receberam pouco mais de meio milhão). Isto é, dois de cada cinco escravos africanos foram ao meu país. E sofremos mesmo nos dias de hoje com os vícios e perversidades herdados daquele tipo de integração. Portanto, nosso gol deve ser uma integração virtuosa, a possibilidade de crescimento, por meio de exportação, de maneira que permitirá países em desenvolvimento diversificar suas ofertas de produtos no mercado internacional, aumentando sua cota na cadeia do valor agregado, para incorporar tecnologia e criar empregos bem remunerados.

É hora de concluir. A economia de mercado pode produzir abundância e eficiência e bem estar. Todavia, por si ela não produz significado. Como de Foucauld expressa, para se produzir significado é necessário satisfazer as três necessidades humanas básicas: material; relacional, isto é, a necessidade de seres humanos estarem em relação uns com os outros; e espirituais (cultura, arte, meditação, interioridade, tudo que pertença ao mundo dos símbolos). Em outras palavras, é necessário promover um desenvolvimento de todos os homens e do homem como um todo, de acordo com o que formula Maritain (*tous les hommes et tout l'homme*). Esse gol está manifestamente além da capacidade da economia e envolve valores condizentes a outras esferas humanas e sociais.

Portanto, os valores econômicos não devem se tornar absolutos ao ponto de destruir essas e outras necessidades que por vezes têm um valor maior. Não é certo que

DOUTRINA

pelo menos alguns gols da economia globalizada serão compatíveis com valores morais e espirituais, do mesmo jeito que no final se tornou impossível conciliar escravidão e o comércio escravista com os ideais do mundo ocidental. Machiaveli nos mostrou que a *virtu*, os valores do mundo romano pagão, tanto admirados por ele, eram basicamente incompatíveis com o cristianismo. Poderá ser até mais difícil conciliar alguns componentes do mundo sem rédeas da procura por eficiência e o triunfo do melhor adaptado com a religião que invariavelmente escolheu os pobres, os sofredores e os excluídos como convidados ao banquete, como os cidadãos legítimos do reino dos céus. Há, por exemplo, coisa mais estranha à lógica da competição e desempenho que o tratamento dado ao filho pródigo ou aos trabalhadores da 11^a hora? Será que aqueles que vivem de acordo com as regras do mercado serão capazes de entender que o amor de Deus transcende não só a lógica da eficiência, bem como vai além das demandas da justiça dos homens? É melhor reconhecer o não saboroso: que há uma tensão inerente entre capitalismo em alguma de suas formas e a palavra de Jesus Cristo; entre a economia pregada pelos advogados da globalização e a fé que prega que os pobres herdaram o Reino dos céus.

Texto original em inglês.

Traduzido por:

Renato Ramalho – SEPROD – TST

Revisão de:

Ana Maria Carneiro Curado – Gabinete do Ministro Carlos

Alberto Reis de Paula – TST